Nota Breve 27/09/2022

Portugal · Excedente orçamental aumenta até agosto (ótica caixa)

Resumo

- **O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas** (AP), na ótica de caixa, **ficou em cerca de 1.5% do PIB no acumulado até agosto**[1], o que compara com um défice de 4.8% do PIB em igual período de 2021 e 0.3% nos primeiros 8 meses de 2019. A melhoria face a 2021 resulta do crescimento substancial da receita (+16.6% homólogo), principalmente receita fiscal, e de um crescimento muito residual do lado da despesa (0.1%). Importa ter presente que a comparação com 2021 é marcada pelo processo de desconfinamento gradual depois do *lockdown* severo no início desse ano para controlar a proliferação da pandemia da COVID-19.
- Por subsectores,
  - O **défice do Estado melhorou para 0.9% do PIB** até agosto (-5.2% até agosto 2021).
  - A **Segurança Social registou um excedente de 1.6%** (0% do PIB até agosto 2021).
  - A Administração Regional e Local, no conjunto, registaram um saldo nulo (-0.1% no período homólogo).

Avaliação

- Os **dados consolidados da execução orçamental para os primeiros 8 meses do ano apontam para um excedente de 1.5% do PIB** (2,303 milhões de euros), o que compara com o défice de 4.8% em igual período de 2021 (-6,908 milhões euros) e com +0.3% do PIB em igual período de 2019, pré-pandemia (404 milhões de euros). Importa recordar que as contas públicas no início de 2021 foram fortemente afetadas pelo confinamento severo imposto no início do ano para controlar a proliferação da pandemia de COVID-19 e que o processo de desconfinamento foi gradual e com impacto substancial nas contas públicas. De facto, estimamos que o peso das medidas COVID no PIB tenha atingido cerca de 1.7% do PIB[2] entre janeiro e agosto deste ano (2.8% em igual período de 2021).
- **A receita aumentou 16.6% homólogo** nos primeiros 8 meses (+9,270 milhões euros), principalmente explicado pela recuperação da receita fiscal (+6,700 milhões euros), de onde se destaca a receita de IVA (+2,187 milhões de euros) e IRC (+2,614 milhões de euros). Segue-se ainda o aumento das contribuições para a Segurança Social (+1,473 milhões de euros).
- **A despesa aumentou de forma muito residual, 0.1% homólogo até agosto** (+59 milhões de euros), o que é explicado pelo menor impacto das medidas afetas à pandemia, visível na redução das transferências correntes (-243 milhões euros). Também os encargos com juros caíram (-442 milhões de euros), assim como as transferências de capital (-388 milhões de euros), devido a efeitos de base relacionados com as transferências para o Novo Banco. Em sentido contrário, as despesas com pessoal aumentaram (+372 milhões de euros) e a aquisição de bens e serviços (+657 milhões de euros), justificado, pela DGO, pelo incremento da despesa com testes e aquisição de vacinas COVID-19, e comparticipação de medicamentos.
- Os dados da execução para os primeiros 8 meses do ano apontam para um saldo orçamental que pode ficar abaixo dos **-1.9% do PIB esperados pelo BPI Research** (**em revisão**; em contabilidade nacional), com os riscos enviesados em sentido positivo (ou seja, é provável revisão em baixa para o défice em 2022). No entanto, importa destacar que o prolongamento do conflito Rússia-Ucrânia prolonga também a incerteza e acentua os efeitos negativos na economia, o que, a par da crise energética, pode levar à necessidade de implementar medidas adicionais de apoio às famílias mais vulneráveis ao aumento dos preços dos bens

[1] De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2021.

[2] Para esta estimativa exclui-se algumas medidas incorporadas no quadro 3 – Medidas COVID-19 AP, divulgado pela DGO, e que não dizem respeito a custos relacionados com a pandemia, como os encargos com o programa Autovoucher ou o Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis.

essenciais e às empresas. Adicionalmente, a persistência da inflação em níveis elevados e a necessidade de uma postura mais agressiva por parte do BCE, com consequências no aumento das taxas de juro soberanas, constitui um desafio à manutenção desta trajetória no médio prazo.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

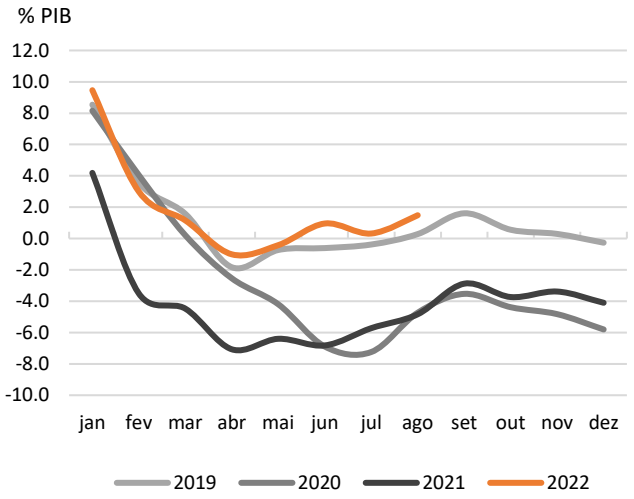
(Dados acumulados até agosto; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

janeiro-agosto	2019	2020	2021	2022	Var. 2022 vs 2019	Var.2022 vs 2021 (milhões euros)
Receitas	**40.0**	**39.8**	**39.1**	**42.0**	**2.1**	**9,270**
Receita Fiscal	22.9	22.5	21.4	24.1	1.2	6,700
Contribuições Seg.Social	10.2	10.8	10.8	11.0	0.8	1,473
Despesas	**39.7**	**44.5**	**43.9**	**40.5**	**0.8**	**59**
Despesas com pessoal	9.6	10.7	10.6	10.0	0.4	372
Transferências Correntes	17.2	20.0	19.6	18.0	0.8	-243
Aquisição Bens e Serviços	5.5	5.9	5.9	5.8	0.3	657
Juros	3.9	3.8	3.2	2.7	-1.2	-442
Investimento	1.9	2.2	2.4	2.4	0.5	183
Saldo Orçamental	**0.3**	**-4.7**	**-4.8**	**1.5**	**1.2**	**9,211**

Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

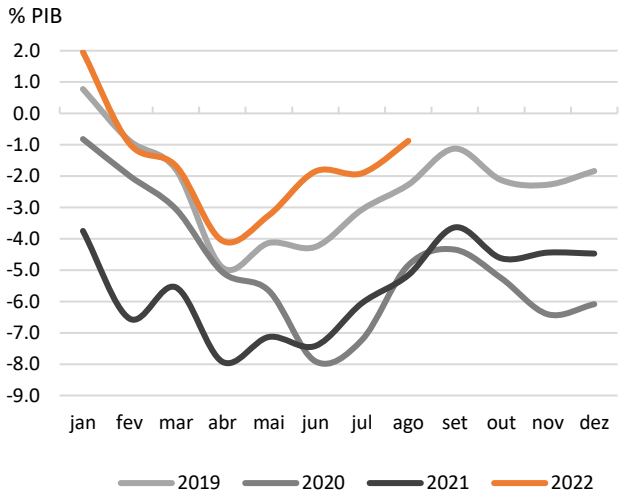
Saldo Orçamental por Subsectores

Saldo Orçamental das Administrações Públicas



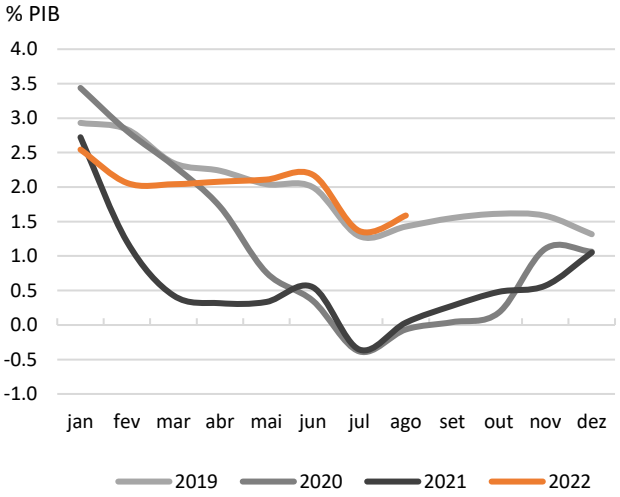
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental do subsector Estado



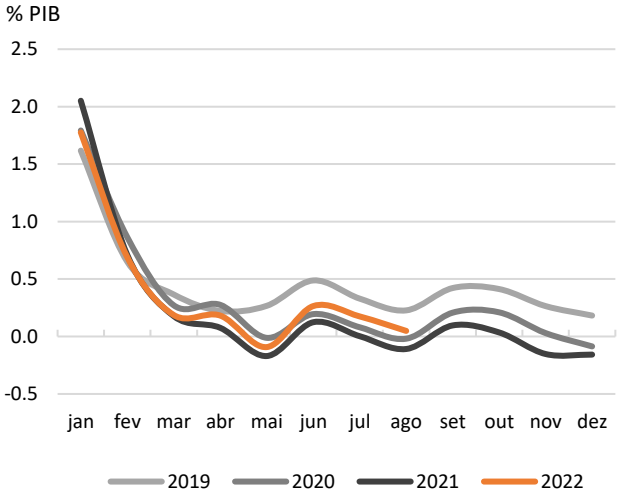
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Segurança Social



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Adm. Regional e Local



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Banco BPI, SA - 2022
Vânia Duarte, BPI Research
e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO "NOTA BREVE"

A "Nota breve" é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.